

**DESAFIOS DA DUPLA DIPLOMAÇÃO ENTRE UTFPR E IPB NA FORMAÇÃO
DOCENTE**

***DESAFÍOS DE LA DOBLE TITULACIÓN ENTRE UTFPR E IPB EN LA FORMACIÓN
DOCENTE***

***CHALLENGES OF DOUBLE DEGREE BETWEEN UTFPR AND IPB IN TEACHER
TRAINING***



Elizane Maria de Siqueira WILHELM¹
e-mail: elizanew@utfpr.edu.br



Luiz Alberto PILATTI²
e-mail: lapilatti@utfpr.edu.br

Como referenciar este artigo:

WILHELM, E. M. S.; PILATTI, L. A. Desafios da dupla diplomação entre UTFPR e IPB na formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024100, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19iesp.2.18481>



- | Submetido em: 15/09/2023
- | Revisões requeridas em: 23/01/2024
- | Aprovado em: 12/03/2024
- | Publicado em: 06/09/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ UTFPR, Ponta Grossa – Pr - Brasil. Mestre em Planejamento e Governança Pública, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP).

² UTFPR, Ponta Grossa – Pr - Brasil. Professor Titular da UTFPR, vinculado ao Programa ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP).

RESUMO: O presente estudo visa compreender os desafios do processo de Dupla Diplomação (DD) entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Instituto Politécnico de Bragança nos cursos de graduação voltados para a formação docente. Este trabalho qualitativo e exploratório utiliza documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com gestores das instituições, especialistas no percurso da DD. A técnica de Análise de Conteúdo foi aplicada aos dados coletados. Constatou-se que a cooperação entre o IPB e a UTFPR nas engenharias é altamente bem-sucedida, tornando-se possivelmente a maior parceria recente de DD entre Brasil e Portugal. Contudo, o sucesso alcançado nas engenharias não teve paralelo nos cursos de formação docente, principalmente devido a diferenças nos sistemas educacionais. Concluiu-se que os desafios na DD para formação docente entre a UTFPR e o IPB incluem equilibrar diferenças nos sistemas educacionais, compatibilizar currículos, superar resistências, construir confiança, lidar com restrições de graduação e garantir conformidade legal.

PALAVRAS-CHAVE: Dupla Diplomação. Cooperação Internacional. Formação Docente. IPB. UTFPR.

RESUMEN: *El presente estudio tiene como objetivo comprender los desafíos del proceso de Doble Titulación (DD) entre la Universidad Tecnológica Federal do Paraná y el Instituto Politécnico de Bragança en los cursos de pregrado orientados a la formación docente. Este trabajo, de naturaleza cualitativa y exploratoria, utiliza documentos oficiales y entrevistas semiestructuradas con los administradores de las instituciones, quienes poseen un amplio conocimiento del recorrido de la DD. La técnica de Análisis de Contenido se aplicó a los datos recopilados. Se observó que la cooperación entre el IPB y la UTFPR en ingeniería es altamente exitosa, posiblemente constituyendo la mayor asociación reciente de DD entre Brasil y Portugal. Sin embargo, el éxito logrado en ingeniería no tuvo paralelo en los cursos de formación docente, principalmente debido a diferencias en los sistemas educativos. Se concluyó que los desafíos en la DD para la formación docente entre la UTFPR y el IPB incluyen equilibrar las disparidades en los sistemas educativos, armonizar currículos, superar resistencias, construir confianza, abordar limitaciones de graduación y garantizar conformidad legal.*

PALABRAS CLAVE: *Doble Titulación. Cooperación Internacional. Formación Docente. IPB. UTFPR.*

ABSTRACT: *The present study aims to understand the challenges of the Double Degree (DD) process between the Federal Technological University of Paraná and the Polytechnic Institute of Bragança in undergraduate courses focused on teacher training. This qualitative and exploratory work utilizes official documents and semi-structured interviews with institutional managers, experts in the DD process. The Content Analysis technique was applied to the collected data. It was observed that the cooperation between IPB and UTFPR in engineering is highly successful, possibly becoming the most significant recent DD partnership between Brazil and Portugal. However, the success achieved in engineering did not have a parallel in teacher training courses, mainly due to differences in educational systems. It was concluded that challenges in DD for teacher training between UTFPR and IPB include balancing differences in educational systems, aligning curricula, overcoming resistances, building trust, addressing graduation constraints, and ensuring legal compliance.*

KEYWORDS: *Double Degree. International Cooperation. Teacher Training. IPB. UTFPR.*

Introdução

A crescente globalização e regionalização das economias e sociedades, aliadas ao aceleramento de processos impulsionados pelas tecnologias digitais, trouxeram mudanças significativas nos canais e modos de transferência de tecnologia e conhecimento (Amaro De Matos; Pina e Cunha; De Berredo, 2022; OECD, 2017). Neste contexto dinâmico, as Instituições de Ensino Superior (IES) enfrentam o desafio de construir estratégias de desenvolvimento alinhadas com as tendências atuais. Esse desafio requer a formação de indivíduos capazes de atender à crescente demanda por competências interculturais e por uma ampla variedade de soft skills e hard skills necessárias para enfrentar os desafios globais (De Oliveira *et al.*, 2020; OECD, 2017; Sitnicki, 2018). Dentre as diversas estratégias de desenvolvimento adotadas pelas IES, a internacionalização emerge como uma das mais proeminentes (Amaro De Matos; Pina e Cunha; De Berredo, 2022). A internacionalização não apenas introduz elementos de flexibilidade e inovação nas instituições de ensino (Wit; Altbach, 2021), mas também amplia o escopo do desenvolvimento científico e tecnológico (De Oliveira *et al.*, 2020). A estratégia permite a construção de processos que podem culminar na transferência de tecnologia entre as próprias IES (De Moortel; Crispeels, 2018) e incorpora conceitos internacionais nos currículos dos estudantes (Steagall *et al.*, 2021). Nestes termos, a internacionalização não é apenas um desafio estratégico, mas também um critério fundamental na avaliação das IES, desempenhando um papel central no crescimento educacional, institucional e de pesquisa (Robson *et al.*, 2022; Teixeira, 2022; Wit; Altbach, 2021). Inicialmente realizada através de atividades individuais, essa tendência evoluiu para programas organizados de educação internacional, com destaque para acordos de cooperação bilaterais (Wit; Altbach, 2021).

Os programas internacionais de Dupla Diplomação (DD) surgem como uma das formas mais avançadas e bem-sucedidas de colaboração acadêmica internacional (Kompanets; Väättänen, 2019). Estes programas representam uma oportunidade atrativa para alunos e IES se envolverem em educação transnacional (Nizamov *et al.*, 2021). Através da DD, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades essenciais, como a gestão de diferenças culturais, a experiência em diferentes sistemas educacionais e o fortalecimento de suas redes internacionais. Todo o processo enriquece sua aprendizagem e aumenta suas chances de empregabilidade (Nizamov *et al.*, 2021; Steagall *et al.*, 2021). Por outro lado, as IES podem expandir sua presença internacional, compartilhar as melhores práticas em ensino, pesquisa e

extensão, explorar eficiências, compartilhar recursos e fomentar a pesquisa e publicações (Nizamov *et al.*, 2021).

Nesse contexto, um programa de DD é estabelecido através de um acordo assinado por duas instituições que, ao final do programa, concedem ao estudante a obtenção de dois diplomas, um de cada instituição, cuja emissão é de responsabilidade individual de cada instituição concedente (Palermo; Bisignano; Mercado, 2018).

Na Europa, o Processo de Bolonha e suas ramificações, como a criação da plataforma de mobilidade Erasmus e o Programa de Investigação Horizonte, que também estão disponíveis para instituições fora da União Europeia (Amaro De Matos; Pina e Cunha; De Berredo, 2022; Wit; Altbach, 2021), foram cruciais para reduzir as barreiras transnacionais e internacionais na organização do estudo acadêmico (Wit; Altbach, 2021). Eles desempenharam um papel fundamental na promoção da mobilidade acadêmica e na construção de parcerias para programas de DD.

Esse conjunto de ações promoveu padrões de qualidade e implementou ferramentas de acreditação e mobilidade, facilitando o reconhecimento de diplomas e possibilitou a criação de um mercado de ensino superior dinâmico. Essa abordagem atraiu o interesse de instituições de diversas partes do mundo (Amaro De Matos; Pina e Cunha; De Berredo, 2022). Além de criar condições para ampliar e intensificar a mobilidade acadêmica no continente europeu, essa iniciativa impulsionou a dimensão internacional da educação superior, com impactos significativos na América Latina, em particular no Brasil (Luce; Fagundes; Mediel, 2016).

O processo de internacionalização das universidades brasileiras tornou-se mais evidente com o Programa Ciência sem Fronteiras. Entre 2011 e 2016, o programa concedeu 101.446 bolsas de mobilidade (Brasil, s.d.). Na última década, o Ministério da Educação (MEC) estimulou a realização de acordos internacionais e a publicação de editais, com o objetivo de fomentar e fortalecer a mobilidade internacional (Neves; Barbosa, 2020). Em adição, a busca por reconhecimento e posição em rankings internacionais de universidades tem impulsionado as instituições a intensificarem seus esforços de internacionalização (Righi Cechin, Ramond, Pilatti, 2023).

As instituições parceiras examinadas neste estudo são a brasileira Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a portuguesa Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

A UTFPR é uma instituição centenária que se tornou universidade em 2005. Localizada no estado do Paraná, Brasil, possui 13 campi em distintas cidades, com aproximadamente 2.500

docentes e cerca de 35.000 alunos em 108 cursos de graduação, 49 cursos de mestrado (13 profissionais e 36 acadêmicos), nove polos de mestrado profissional em rede nacional e 14 cursos de doutorado, dos quais dois na modalidade profissional, distribuídos em 58 programas de pós-graduação (Utfpr, 2022).

A UTFPR tem a internacionalização como um de seus objetivos estratégicos, buscando expandir e fortalecer essa dimensão para se tornar uma universidade multicultural e alinhada com demandas globais (Utfpr, 2018). O processo de internacionalização na UTFPR teve início quando a instituição ainda era uma escola técnica, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), que já oferecia cursos de nível superior. Esse processo começou nas últimas décadas do século passado por meio de parcerias internacionais voltadas para o fortalecimento técnico e instrumental (Cichoski; Rubin-Oliveira, 2018).

Desde a década de 1990, foram estabelecidas diversas parcerias com universidades estrangeiras, principalmente da Alemanha e da França, que envolviam a mobilidade de alunos e servidores (Utfpr, 2018). Posteriormente, essas parcerias foram ampliadas para incluir instituições de Portugal, Itália, Espanha, Japão e Estados Unidos (Tavares, 2016). Em 2002, foi assinado o primeiro acordo de DD pela instituição, com a Université de Technologie de Compiègne (Righi Cechin; Ramond; Pilatti, 2023). De 2012 a 2015, por meio do Programa Ciências sem Fronteira, a UTFPR enviou mais de 2.000 estudantes de graduação para cerca de 100 universidades em 23 países (Cichoski; Rubin-Oliveira, 2018). Os números de convênios de DD continuam a aumentar e representam uma política institucional consolidada (Lara *et al.*, 2021).

Paralelamente, o IPB é composto por cinco escolas, sendo quatro localizadas no Campus de Bragança e uma em Mirandela. A instituição oferece um total de 44 cursos de Licenciatura, equivalentes aos cursos de Graduação no Brasil, além de 36 cursos de Mestrado e 43 Cursos Técnicos Superiores Profissionais. Atualmente, conta com aproximadamente 400 docentes e mais de 10.000 alunos (IPB, 2022a). A internacionalização é uma faceta importante do IPB, não apenas no âmbito europeu, mas também por meio de parcerias com países de língua portuguesa (Lievore; Pilatti; Bilynkiewicz, 2022).

No IPB, a internacionalização, especialmente no que se refere à mobilidade e à DD, está em consonância com o Espaço Europeu de Ensino Superior. Isso é promovido pelo Processo de Bolonha, pelo Programa Erasmus e pelo Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), que buscam garantir o acesso equitativo à educação (IPB, 2022c; Rueda; Lima, 2016). Essas iniciativas não apenas facilitam a mobilidade entre os países europeus, mas

também desafiam paradigmas dentro das instituições de ensino do próprio país, impactando positivamente cada instituição, departamento e curso (Lievore; Pilatti; Teixeira, 2022).

Desde 1999, com a Declaração de Bolonha, as instituições portuguesas, incluindo o IPB, têm se destacado na ampliação da mobilidade, com um aumento significativo no número de alunos que estudam no exterior e naqueles que ingressam no país (Sin; Tavares; Neave, 2017). O IPB, como referência entre os politécnicos portugueses, desempenha um papel importante nesse contexto, sendo protagonista no cenário de internacionalização do ensino superior em Portugal (Teixeira, 2022).

O tema Dupla Diplomação tem sido amplamente estudado (Kompanets; Vääänen, 2019; Obst; Kuder, 2015; Ramírez-Adrados *et al.*, 2022; Steagall *et al.*, 2021), inclusive a parceria entre o IPB e a UTFPR (Centenaro, 2019; De Souza, 2020; Lievore; Pilatti; Teixeira, 2022), mas nenhum estudo focou no processo e, em particular, nas licenciaturas.

Apesar das diferenças nos sistemas de ensino superior entre países, essas duas instituições estabeleceram uma parceria que superou as discrepâncias e dificuldades encontradas durante o processo. Juntas, desenvolveram o que pode ser considerado um dos maiores, se não o maior, programa de DD entre Brasil e Portugal na área das engenharias. No entanto, ambas as instituições oferecem um número limitado de vagas para a formação docente, e, para esses cursos, ainda não foi possível realizar uma integração completa. Nesta lacuna, o objetivo deste artigo é compreender os desafios do processo de DD entre UTFPR e o IPB nos cursos de graduação voltados para a formação docente.

Métodos

A presente pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, caracteriza-se como documental devido aos procedimentos técnicos adotados. Essa abordagem qualitativa permite uma compreensão em profundidade dos fenômenos em estudo, enquanto a natureza exploratória permite uma exploração aberta e flexível das questões de pesquisa.

O principal objetivo desta pesquisa foi responder à seguinte pergunta: Quais são os entraves existentes na efetivação do processo de DD entre o IPB e a UTFPR nos cursos de graduação voltados para a formação docente?

Para alcançar esse objetivo, foi constituído um corpus de pesquisa composto por documentos e entrevistas semiestruturadas. Os documentos incluídos no corpus abrangem legislação pertinente, relatórios institucionais e informações disponíveis nos sites das

universidades pesquisadas, acessíveis na rede mundial de computadores. As entrevistas foram conduzidas com representantes do IPB, da UTFPR e com um representante do corpo estudantil.

Para a constituição da amostra de entrevistados, foram adotados critérios de inclusão específicos. Os participantes selecionados atuaram ou ainda atuam na gestão das instituições e possuem amplo conhecimento do percurso da DD nas instituições examinadas. No caso do estudante, foi selecionado aquele que participou do processo de DD entre as instituições examinadas. Para determinar o tamanho da amostra, empregamos a técnica conhecida como bola de neve (*snowball*), que se baseia na indicação de novos participantes pelos entrevistados originais até ser atingido um ponto de saturação das informações levantadas (Vinuto, 2014).

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas virtualmente, por meio da Plataforma de Webconferência (WebConf) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) do governo brasileiro, durante os meses de outubro e novembro de 2022. O roteiro inicial das entrevistas passou por um pré-teste, com uma entrevista piloto. A entrevista foi conduzida com um gestor da UTFPR que estava familiarizado com o desdobramento do processo, mas não foi escolhido para a entrevista devido à sua falta de envolvimento direto nas negociações dos acordos. Após o pré-teste, não foi necessário fazer alterações substanciais ou revisões nos itens da entrevista, mas apenas foram realizados pequenos ajustes de redação para garantir que as perguntas fossem formuladas de maneira mais clara e compreensível para os participantes. Os procedimentos adotados na entrevista piloto foram idênticos aos das entrevistas subsequentes. A entrevista piloto foi conduzida em data 10/10/2022 e teve a duração de 43 minutos. As perguntas foram agrupadas em categorias de análise previamente definidas, que incluem cooperação internacional, DD, currículo e graduação para formação docente.

Para este estudo, foram conduzidas sete entrevistas, sendo uma concedida por um representante do IPB (E6, 2022), cinco por representantes da UTFPR (E1, E2, E3, E4, E7, 2022) e uma por um representante estudantil da IPB-UTFPR (E5, 2022). A duração das entrevistas variou entre 23 minutos e 16 segundos e 58 minutos e 53 segundos, com uma média de 38 minutos e 57 segundos. As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2022.

As entrevistas foram conduzidas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas na plataforma utilizada e, posteriormente, transcritas na íntegra. As transcrições passaram por uma edição cuidadosa, focada principalmente em ajustes gramaticais da língua escrita, sem alterar o conteúdo relevante para a pesquisa. Para identificar

os entrevistados e garantir a confidencialidade, foi utilizada a letra "E" em caixa alta, seguida do respectivo número.

A organização e análise dos dados coletados nas entrevistas seguiram a abordagem de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). O processo foi orientado pelas etapas prescritas desse método: organização dos dados, codificação, categorização e análise propriamente dita. Durante a organização dos dados, foi explorado o material e realizada uma pré-análise que envolveu a edição e organização das entrevistas. Na etapa de codificação, foram criadas unidades de registro e estabelecidas regras de enumeração. As respostas das entrevistas foram categorizadas por meio de um agrupamento que considerou critérios de exclusão mútua, produtividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade. Durante a análise, foram explorados os dados com base nas categorias geradas a partir da codificação. Fragmentos das entrevistas foram selecionados para ilustrar a pesquisa.

Resultados e Discussão

Cooperação estratégica para Dupla Diplomação: a visão do IPB e da UTFPR

Para o IPB, a construção de cooperações bilaterais fora do contexto europeu representa um objetivo estratégico, baseado na oportunidade proporcionada pela existência de quase 300 milhões de falantes da língua portuguesa (IPB, 2022d). A partir dessa constatação, em pouco mais de uma década, uma rede de cooperação foi estabelecida entre o IPB e mais de 50 universidades, institutos e faculdades brasileiras (IPB, 2022a; Teixeira, 2022). Essa rede, no início da década de 2020, já representava uma mobilidade anual de cerca de 400 estudantes (Teixeira, 2022). O modelo pensado, conforme o entrevistado E7, buscou “construir um programa que tivesse impacto nos estudantes, que obviamente tem. Que para além da mais valia aos estudantes com o impacto internacional, permite-lhes a valorização do seu currículo e o alargamento das oportunidades profissionais”.

No contexto da UTFPR, as atividades de cooperação internacional são fundamentais para atingir o objetivo da instituição de se tornar uma universidade de classe mundial (UCM) (Utfpr, 2017). Com essa visão, a promoção e a expansão de acordos de DD na graduação e pós-graduação com instituições de ensino superior de outros países tornaram-se objetivos estratégicos institucionais. Na última década, o número de convênios em vigor para a realização de DD aumentou de um, em 2013, para 48, em 2021 (Utfpr, 2022).

Dentre os convênios estabelecidos, a cooperação com o IPB destacou-se como parceria estratégica (Utfpr, 2017, 2023). Essa parceria possibilitou um rico aprendizado, pautado na experiência portuguesa para a construção de projetos de DD no pós-Bolonha e nas ferramentas e boas práticas da mobilidade do Programa Erasmus (E1; E2, 2022). Conforme o entrevistado E1:

através da cooperação com o IPB e dos aprendizados oriundos da construção dos acordos para DD com esta instituição, a UTFPR se abriu para uma mudança de mentalidade, que combinasse a ambição global de se tornar UCM, com a busca pela excelência acadêmica (E1, 2022).

Embora não haja números oficiais que consolidem o total de alunos brasileiros ou portugueses que obtiveram DD com instituições estrangeiras, os resultados da cooperação entre o IPB e a UTFPR permitem que representantes de ambas as instituições afirmem que este é, sem dúvida, um dos maiores, senão o maior, acordo de DD entre o Brasil e Portugal (E1; E2; E6; E7, 2022). O E7 afirma que “A parceria entre a UTFPR e o IPB culminou em um dos cases de Dupla Diplomação de maior sucesso em que o Brasil faz parte, quiçá o maior deles”. Já nas palavras do E2 “Em termos de DD a UTFPR ainda dever ser a campeã na Rede Federal de Ensino, em termos de números, principalmente devido a parceria com o IPB, possivelmente a maior parceria firmada por uma IES brasileira até o momento”. Dos 1197 estudantes registrados na Plataforma de DD do IPB de 2014 a 2022, 626 são da UTFPR (E6, 2022).

A cooperação entre o IPB e a UTFPR nas engenharias, tornou-se singular não apenas devido ao seu sucesso, mas também porque uniu instituições de ensino superior que, embora compartilhem o mesmo perfil e objetivo, são instituições educacionais internacionais de destaque, embora tenham concepções educacionais e legislações bastante distintas. O resultado dessa parceria IPB-UTFPR resgata a tese da importância da diversidade organizacional apresentada por (Beerkens; Derwende, 2007), na qual, para obter êxito em uma cooperação, os parceiros precisam ser similares, mas diferentes. Mesmo com diferenças, deve haver um grau de compatibilidade e correlação suficientes para que os parceiros possam se complementar (Beerkens; Derwende, 2007).

Do lado da UTFPR, foram necessários esforços para superar obstáculos normativos, adaptar documentos e diretrizes, e estar aberto a modificar práticas e processos (E1; E2; E4, 2022), conforme o E2 “o primeiro passo foi mexer no regulamento, começamos a mudar a forma de calcular a carga horária, sem ser necessariamente com aulas presenciais, como é feito

no exterior”; “Foram feitas alterações no que diz respeito a entrada dos cursos para dar reciprocidade aos alunos portugueses que viessem para cá”.

De acordo com o E4 “Foram feitos ajustes nos procedimentos das secretarias acadêmicas para adequar o sistema existente ao modelo necessário a DD”; ainda, “foi definido um termo de acordo que antecede a saída do aluno e deve ser cumprido por ele junto a instituição parceira, e aceito, em sua totalidade, pela UTFPR quando do seu retorno”. O E1 destacou a realização de “trabalhos de divulgação e incentivo junto aos departamentos da UTFPR, assim como adequação nos documentos e processos institucionais”.

Ou seja, esse esforço incluiu a adaptação dos sistemas acadêmicos para internacionalização de documentos (Utfpr, 2016), a flexibilização e compatibilização dos currículos, com ênfase em atividades práticas como componentes curriculares dos cursos de graduação (Utfpr, 2017) e a criação de documentos que apoiassem o escopo e a formalização da DD (Utfpr, 2018). Do lado do IPB, ciente das diferenças e percepções em relação às grades curriculares brasileiras, houve uma forte disposição em flexibilizar para auxiliar e contribuir para o melhor alinhamento possível na construção dos acordos de DD (E1; E2, 2022).

Uma palavra enfatizada em todas as entrevistas e que merece destaque é "confiança". Considerada o principal ingrediente em um trabalho conjunto (Rosyidah; Matin; Rosyidi, 2020), a confiança se destacou como fator preponderante para o sucesso da Cooperação Internacional IPB-UTFPR. Essa percepção é corroborada pela declaração do entrevistado E6 que ressalta:

[...] foi mútuo o entendimento de que temos de reconhecer o valor das instituições, considerar que ambas passaram pelo crivo dos sistemas nacionais de avaliação, de acreditação e de garantia da qualidade. Portanto, apesar de os caminhos para o aprendizado aplicados muitas vezes serem distintos, entendemos que o fim é o mesmo, e alcançamos como resultado a formação de bons profissionais (E6, 2022).

Com base na confiança mútua, o IPB e a UTFPR utilizaram suas diversas abordagens e experiências ao longo de suas trajetórias como catalisadores no desenvolvimento do processo de DD. Essas ferramentas estratégicas, de acordo com Kompanets e Väättänen (2019), ampliam o valor e os benefícios da cooperação, contribuindo para a internacionalização. Essa parceria é um exemplo desse cenário.

Os sistemas educacionais do IPB e da UTFPR diferem consideravelmente. No Brasil, os cursos de graduação geralmente se enquadram em grandes áreas de conhecimento ou oferecem formações profissionais de natureza mais ampla (Neves; Barbosa, 2020; Santos;

Mororó, 2019). Com durações variando de 2 a 6 anos, concedendo graus de bacharelado, licenciatura e tecnologia (Brasil, 2015). Por outro lado, Portugal, como membro da União Europeia, adota o Processo de Bolonha, que organiza o ensino superior em três ciclos: 1º ciclo - licenciaturas com duração de três anos, 2º ciclo - mestrado com duração de dois anos e 3º ciclo - doutorado com duração de 3 a 4 anos (European Commission, 2017). Para estabelecer acordos de DD, o IPB e a UTFPR precisaram equilibrar as diferenças entre seus sistemas educacionais, o que exigiu o reconhecimento das realizações dos estudantes em ambas as instituições (E6, 2022).

A construção de acordos para a concessão de DD entre o IPB e a UTFPR envolve coordenadores de cursos de ambas as instituições que realizam uma conciliação prévia dos programas curriculares da graduação na UTFPR com os programas da graduação e do mestrado no IPB, correspondentes à formação desejada (E6, 2022). O programa resultante desse processo é revisado e aprovado por professores de ambas as instituições, sendo um requisito fundamental para a obtenção do DD (E2; E3; E4; E6, 2022). A mobilidade dos estudantes ocorre no último ano letivo, durante o qual frequentam unidades curriculares que complementam ambos os currículos, realizam trabalhos de conclusão de curso e estágios, além de dissertações de mestrado, sempre sob a orientação conjunta de professores de ambas as instituições (Teixeira, 2022).

O projeto de DD entre o IPB e a UTFPR foi concebido para promover não apenas a mobilidade, mas também um relacionamento colaborativo entre professores das duas instituições, buscando internacionalizar essa cooperação (E1; E6, 2022). A acreditação de créditos do mestrado no IPB para a obtenção do DD resultou em projetos conjuntos de coorientação, que muitas vezes se estendem além dos objetivos iniciais do acordo de DD.

Essas colaborações frequentemente levam a parcerias científicas entre professores e pesquisadores, ampliando o escopo do projeto original (E2; E6, 2022). Adicionalmente, essa colaboração internacional teve um impacto positivo nos cursos de pós-graduação da UTFPR, “contribuindo para melhorias significativas durante a avaliação quadrienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2017 a 2020” (E7, 2022). Com o tempo, as instituições começaram a compartilhar recursos de ensino, com docentes do IPB e da UTFPR ministrando disciplinas em conjunto, presencial ou virtualmente, além de promoverem editais conjuntos para pesquisa (E2; E6, 2022).

Os resultados alcançados por meio da DD entre o IPB e a UTFPR destacam o sucesso dessa parceria. Entre 2014 e 2022, foram registradas 626 coorientações, 208 publicações

conjuntas indexadas e 124 comunicações conjuntas. Os acordos estabelecidos entre 13 cursos do IPB e 18 cursos da UTFPR resultaram na participação de mais de 630 estudantes em programas de DD (E6, 2022). Esses números ressaltam a natureza inovadora dessa DD, que promove a integração e complementação de diferentes sistemas de ensino e experiências de formação entre duas instituições com perfis tão distintos e localizadas em continentes diferentes (Nizamov *et al.*, 2021). Superar as diferenças entre os sistemas educacionais foi uma tarefa complexa, mas essencial (E1; E2; E6, 2022). A concretização dos acordos de DD exigiu a implementação do conceito de educação interdisciplinar e o desenvolvimento de competências relevantes (Nizamov *et al.*, 2021). Os cursos do IPB e da UTFPR não são idênticos, não apenas em termos de duração, como, por exemplo, um curso de Engenharia Civil que dura 5 anos no Brasil e 3 + 2 anos em Portugal (E2; E3; E4, 2022), mas também devido a diferenças em disciplinas, carga horária, número de disciplinas, legislação e regulamentos (E6; E7, 2022). Superar essas diferenças foi um desafio que precisou ser enfrentado (E2; E3; E4; E6, 2022).

Sucessos e Desafios na Implementação da Dupla Diplomação entre a UTFPR e o IPB

A UTFPR enfrentou desafios significativos para implementar com sucesso a DD, incluindo a necessidade de flexibilização curricular e a promoção de práticas de estudos independentes e autônomos entre os alunos. No Brasil, ainda não existe uma cultura consolidada no sentido de tornar os currículos versáteis. Conforme o E2 (2022) “o país ainda produz currículos engessados, com um sistema de ensino que prioriza o conteúdo, resultando em uma carga horária significativamente maior em sala de aula em comparação com a carga horária prática”.

Assim como ocorreu na Europa, a UTFPR adotou uma abordagem bem-sucedida, reformulando sua estrutura curricular para se concentrar na carga de trabalho dos estudantes, em vez de simplesmente buscar equivalência de conteúdo. Isso significou “priorizar a compatibilidade dos resultados de aprendizagem” (E6, 2022). Apenas quando essa barreira foi superada as DD puderam ser implementadas em larga escala. Essa alteração permitiu superar desafios, como a resistência de alguns coordenadores de curso da UTFPR em relação aos estudantes que vinham para a DD no Brasil e eram obrigados a fazer quase todo o curso novamente (E1; E2; E3 e E7, 2022).

Uma abordagem adotada consistiu em definir um período específico para adaptar a compatibilidade com as particularidades do currículo brasileiro, abrangendo aspectos como estrutura curricular, flexibilização, mobilidade, e

cálculo de carga horária, tanto em atividades práticas quanto teóricas (E7, 2022).

Nesse processo, a construção do currículo necessário para a DD entre o IPB e a UTFPR destacou a importância de centrar na formação do aluno, permitindo várias formas de aprendizado, como estudo individual, em grupo, projetos e estágios com empresas. Essa abordagem deve ser meticulosa e aberta a interpretações adequadas das disciplinas, ao mesmo tempo que permite flexibilidade nos percursos educacionais, reconhecendo que caminhos diferentes podem levar ao mesmo diploma (Wit; Altbach, 2021).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) concede autonomia às universidades para decidir sobre seus currículos, respeitando as regulamentações dos conselhos específicos (Brasil, 1996). Ao adotar a autonomia universitária como diretriz, a UTFPR buscou criar uma formação personalizada para seus estudantes, permitindo a transferência e acumulação de créditos. Isso resultou na flexibilização dos currículos, permitindo que os diplomas não precisem mais necessariamente incluir 100% de todas as unidades curriculares da instituição, mas sim uma soma das unidades curriculares realizadas pelo aluno, com um percentual maior na instituição de origem (E2; E6, 2022).

Diferentemente do Brasil, onde o termo "licenciatura" geralmente se refere à formação de educadores, em Portugal, o termo se refere ao primeiro grau acadêmico obtido após a conclusão de um 1º ciclo de estudos superiores, equivalente a uma graduação no Brasil (E6, 2022). Portanto, neste estudo, optou-se pela adoção do termo "formação docente" para se referir à graduação voltada à formação de educadores, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A forma como o IPB e a UTFPR superaram as diferenças curriculares nas engenharias, resultando na formação conjunta de mais de 630 alunos, pode servir de modelo para outras instituições de ensino superior. No entanto, embora ambas as instituições ofereçam cursos de formação docente, ainda existem barreiras a serem superadas para estabelecer acordos de DD nesses cursos.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2009-2019, a UTFPR é a Universidade Federal que mais oferta vagas para os cursos de licenciatura no Estado do Paraná, ofertando 1623 vagas por ano, em 27 cursos, distribuídos entre os 13 campus da instituição (Brasil, 2021). O foco da instituição são as licenciaturas na área de ciências exatas (E7, 2022), na qual, a UTFPR oferta vagas para os cursos de Ciências Biológicas, Física, Informática, Interdisciplinar em Ciências Naturais, Interdisciplinar em Educação no Campo, Letras, Matemática e Química (Brasil, 2021).

Em Portugal, Institutos Politécnicos são dedicados essencialmente para a formação de professores para o ensino fundamental. O IPB oferta 308 vagas de graduação para os cursos de Educação Básica, Educação Ambiental, Educação Social, Desporto, Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol (IPB, 2022b), assim como disponibiliza vagas nos programas de mestrado específicos e obrigatório para a formação docentes. Além disso, o Centro de Investigação em Educação Básica, Integrado a Escola Superior de Educação do IPB, possibilita a pesquisadores de diversas áreas que tenham interesse no tema, a realização de investigações aplicadas às especificidades da educação básica, contando ainda com a colaboração de alunos (E6, 2022).

Assim como nas graduações em engenharias, as graduações para formação docente brasileiras e portuguesas, também apresentam dissimilaridades (E3; E6, 2022). No modelo português, para a formação inicial de professores, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), separou os órgãos formativos, tendo como critério o nível de atuação dos futuros professores (Nunes; Nunes, 2013; Portugal, 1986). Esse modelo constitui-se em um sistema binário com instituições formativas distintas, mediante os objetivos a que se propõem, na formação de professores (Neves, 2020; Nunes; Nunes, 2013). Aos Institutos Politécnicos, através das Escolas Superiores de Educação (ESEs), cabe a formação de professores para a educação infantil e professores do 1º e 2º ciclos do ensino básico (1º ao 6º ano). Às Universidades cabem formar os professores do 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º ano) e do ensino secundário (Portugal, 1986; Ramos *et al.*, 2016).

Em Portugal, a partir do Processo de Bolonha, a formação profissionalizante dos docentes é alcançada para todos os níveis de escolaridade (educação infantil, 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico) com a obtenção do mestrado (Neves, 2020). Desse modo, tem-se uma formação inicial sequencial e bietápica, a qual é iniciada com uma formação generalista, de formação de base e, na etapa subsequente, se desenvolve de forma mais especializada, mais profissionalizante (Nunes; Nunes, 2013). Para o exercício do magistério em qualquer dos ciclos do ensino básico português (infantil, 1º, 2º e 3º), há limitação na escolha das graduações (Neves, 2020), impossibilitando, por exemplo, que um engenheiro, mesmo após uma especialização em docência, possa lecionar disciplinas de matemática, física e química, como no Brasil (E6, 2022).

No Brasil, a legislação permite que a formação docente seja oferecida por várias instituições, incluindo licenciaturas (por exemplo, pedagogia, matemática, português, química, biologia, física) que habilitam os docentes a atuar em todos os níveis de ensino básico, da pré-escola ao ensino fundamental I, II e ensino médio, bem como cursos de Formação Pedagógica para detentores de diplomas de bacharelado que desejam ensinar no ensino fundamental II e

ensino médio (Brasil, 1996). A legislação educacional brasileira é mais flexível, respondendo às mudanças sociais e econômicas (Suficier; Azadinho; Muzzeti, 2020).

A bem-sucedida implementação da DD, nos cursos de engenharia, entre o IPB e a UTFPR representa um marco importante na busca por uma formação acadêmica mais flexível e adaptável às necessidades dos estudantes. Superar desafios como a flexibilização curricular e a promoção da autonomia dos alunos foi essencial para esse sucesso. Ao focar nos resultados de aprendizagem e na compatibilidade entre os currículos, as instituições ofereceram uma experiência enriquecedora aos estudantes, independentemente de suas origens acadêmicas. A flexibilização dos currículos e o compromisso com a personalização da formação, em conformidade com a autonomia universitária e a legislação educacional brasileira, refletem a adaptabilidade da UTFPR às demandas da sociedade. Todavia, a implementação da DD em cursos de formação docente ainda enfrenta obstáculos significativos, sublinhando a intrincada natureza desse processo. Esses desafios incluem restrições específicas relacionadas à DD nas licenciaturas e à formação docente, tais como dificuldades na harmonização curricular, superação de diferenças nos sistemas educacionais, e a necessidade de lidar com regulamentações específicas de cada país. Essas limitações refletem a complexidade envolvida nos processos de DD, especialmente quando se trata de programas voltados para a formação de educadores.

Conclusão

A parceria entre o IPB e a UTFPR demonstra que a cooperação internacional em educação é possível, mesmo quando as instituições têm abordagens e sistemas educacionais distintos. A chave para o sucesso é a confiança mútua, a flexibilidade e o compromisso com a melhoria da formação acadêmica. Essa experiência serve como um modelo valioso para outras instituições que buscam promover a internacionalização e a flexibilidade em seus programas educacionais, enfrentando e superando desafios ao longo do caminho.

Os desafios na DD entre o IPB e a UTFPR na formação docente incluem: equilibrar diferenças nos sistemas educacionais do Brasil e de Portugal, envolvendo flexibilidade de cursos no Brasil e ciclos de estudo definidos em Portugal; compatibilizar currículos da graduação, demandando conciliação entre as instituições e revisão pelos professores; flexibilizar a estrutura curricular da UTFPR, priorizando compatibilidade de resultados de aprendizagem e permitindo transferência de créditos; superar resistência de coordenadores de

cursos em relação a estudantes da DD; construir confiança mútua entre as instituições como fator-chave para o sucesso; lidar com restrições na escolha de cursos de graduação para formação docente em Portugal; cumprir com regulamentações de legislação educacional diferentes em ambos os países; e a necessidade de ajustes contínuos e colaboração constante para manter e expandir a DD.

REFERÊNCIAS

- AMARO DE MATOS, J., PINA E CUNHA, M., DE BERREDO, R. F. Leading university internationalization: the future of Euro-Chinese academic cooperation. **European Journal of Education**, v. 57, n. 1, p. 65–77, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12490>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Pinheiro. (ed.); 3ª). Almedina Brasil, 2011.
- BEERKENS, E.; DERWENDE, M. The paradox in international cooperation: Institutionally embedded universities in a global environment. **Higher Education**. v. 53, n. 1, p. 61-79, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29735042>. Acesso em: 04 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 set. 2023.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de Julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 04 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Painel Universidade 360**. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>. Acesso em: 04 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Deenvolvimento Científico e Tecnológico. **Ciências sem Fronteira**, [S. d.] Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- CENTENARO, G. L. **Internacionalização de Instituições do Ensino Superior: uma comparação de dados entre IPB e UTFPR**. Orientadores: Paula Odete Fernandes e Aurea Niada. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações) – Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, PT, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/22750/1/Centenaro_Giulia.pdf. Acesso em 28 ago. 2023

CICHOSKI, P. B.; RUBIN-OLIVEIRA, M. Universidade em contextos emergentes: o processo de internacionalização da UTFPR. **Perspectiva**, Erechim, RS, v. 42, n. 160, p. 7–17, 2018. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/rperspectiva/inicio_old.php?id_numero=85. Acesso em: 03 set. 2023.

DE MOORTEL, K.; CRISPEELS, T. International university-university technology transfer: Strategic management framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 135, p. 145–155, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.05.002>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DE OLIVEIRA, G. X.; VESTENA, D.; RÖHRIG DA COSTA, C. R.; TRAVERSO, L. D.; SHOPRONI BICUETI, R. Internacionalização das universidades: estudo sobre a produção científica. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 1, p. 195–211, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5142/514262385013/514262385013.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DE SOUZA, J. C. D. **Internacionalização da Educação Superior no Contexto da Formação Profissional**: o processo de dupla-diplomação do curso de administração da UTFPR e do Instituto Politécnico de Bragança. Orientadoras: Paula O. Frnandes e Giovana Pezarico. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas) – IPB. Bragança, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/22690>. Acesso em 28 ago. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **ECTS users' guide 2015**. London: Publications Office, 2015. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/da7467e6-8450-11e5-b8b7-01aa75ed71a1>. Acesso em: 30 ago. 2023.

IPB. **IES parceiras em países de expressão portuguesa e extracomunitários**. Relações Internacionais - Instituto Politécnico de Bragança. 2022a. Disponível em: <https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/gri/mobilidade-internacional>. Acesso em: 03 set. 2023.

IPB. **Instituto Politécnico de Bragança - Cursos**. 2022b. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guiaects/cursos>. Acesso em: 04 set. 2023.

IPB. **Instituto Politécnico de Bragança - Mobilidade Internacional**. Instituto Politécnico de Bragança. 2022c. Disponível em: <https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/ipb/estudar-no-ipb/mobilidade-internacional>. Acesso em: 03 set. 2023.

IPB. **Plataforma de Empreendedorismo Empregabilidade e Inovação Formativa - Projeto DEMOLA**. Instituto Politécnico de Bragança. 2022d. Disponível em: <https://if.ipb.pt/>. Acesso em: 04 set. 2023.

KOMPANETS, V.; VÄÄTÄNEN, J. Different, yet similar: factors motivating international degree collaboration in higher education. The case of Finnish-Russian double degree programmes. **European Journal of Engineering Education**, v. 44, n. 3, p. 379–397, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03043797.2018.1520811>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LARA, L. de M.; PILATTI, L. A.; BILYNKIEVYCZ, C. dos S.; PEDROSO, B. Das escolas

de aprendizes artífices à Universidade Tecnológica Federal do Paraná: percursos da educação tecnológica no Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, p. 49-67, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14437>. Acesso em: 03 set. 2023.

LIEVORE, C.; PILATTI, L. A.; TEIXEIRA, J. A. S. **Mobilidade estudantil internacional**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/29298>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V.; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 317–340, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200002>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M. L. de O. Internationalization of higher education in Brazil: advances, obstacles, and challenges. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 144–175, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-99656>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NEVES, R. Ser Professor em Portugal: a problemática do acesso à formação/profissão. **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 22, n. 2, p. 216–230, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2020.v22.30715>. Acesso em: 31 ago. 2023.

NIZAMOV, I. D.; NASIBULLOV, R. R.; OLEYNIKOVA, O. N.; GORYLEV, A. I. Algumas características da sistematização de Programas Internacionais Conjuntos de Ensino Superior. **Revista on Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, SP, v. 25, n. esp. 1, p. 567–576, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25iesp.1.14997>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NUNES, C. S. C.; NUNES, H. S. C. A formação inicial de professores em Portugal: hoje em dia, todo professor deve ser. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 4, n. 1, p. 224–237, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6624/0>. Acesso em: 04 set. 2023.

OBST, D.; KUDER, M. International Joint- and Double-Degree Programs. **International Higher Education**, v. 66, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2012.66.8585>. Acesso em: 01 set. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2017**. Paris: OECDiLibray, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264268821-en>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PALERMO, O. A.; BISIGNANO, A. P.; MERCADO, S. The design of international dual degree programmes as effective transnational education experiences. In: TSILIGIRIS, V.; LAWTON, W. (ed.). **Exporting Transnational Education**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p. 45-66. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-74739-2_4. Acesso em: 30 ago. 2023.

PORTUGAL. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Lei nº 46/86, Pub. L. No. Sério I de 1986-10-14, 3067 (1986). 1986. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>.

Acesso em: 01 set. 2023.

RAMÍREZ-ADRADOS, A.; FERNÁNDEZ-ELÍAS, V. E.; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, S.; MARTÍNEZ-PASCUAL, B., GONZALEZ-DE-RAMOS, C.; CLEMENTE-SUÁREZ, V. J.; The Effect of Studying a Double Degree in the Psychophysiological Stress Response in the Bachelor's Thesis Defense. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 3, p. 1207, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19031207>.

Acesso em: 02 set 2023.

RAMOS, C. C.; FARIA, E.; RAMOS, F.; RODRIGUES, I. P. **A condição docente: contributos para uma reflexão [Relatório técnico]**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2016. Disponível em: www.cnedu.pt.
https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estudos_e_relatorios/RTAcondicaodocente.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

RIGHI CECHIN, M.; RAMOND, B.; PILATTI, L. A. Universidade Tecnológica no Brasil e na França: um estudo comparativo. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 11, n. 26, p. 83–105, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2023.v.11.n.26.562>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ROBSON, S.; KAMPPFF, A. J. C.; MOROSINI, M.; GUILHERME, A. A. Internationalization at home: policies, practices and perspectives from the global north and south. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n. 2, p. 12–22, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/23842?mode=full>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROSYIDAH, N.; MATIN, M.; ROSYIDI, U. Internationalization in higher education: University's effective promotion strategies in building international trust. **European Journal of Educational Research**, v. 9, n. 1, p. 351–361, 2020. Disponível em: https://pdf.eu-jer.com/EU-JER_9_1_351.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

RUEDA, J. L.; LIMA, P. G. Sobre a formação universitária centrada em competências: o Processo de Bolonha em debate. **Laplage em Revista**, São Carlos, SP, v. 2, n. 3, p. 163-179, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756517015>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTOS, C. W.; MORORÓ, L. P. O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 19, e019018, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652339>. Acesso em: 04 set. 2023.

SIN, C.; TAVARES, O.; NEAVE, G. Student mobility in Portugal. **Journal of Studies in International Education**, v. 21, n. 2, p. 120–135, 2017. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1028315316669814>. Acesso em: 03 set. 2023.

SITNICKI, M. W. Determining the priorities of the development of EU research universities based on the analysis of rating indicators of world-class universities. **Baltic Journal of European Studies**, v. 8, n. 1, p. 76–100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/bjes-2018-0006>. Acesso em: 30 ago. 2023.

STEAGALL, J. W.; FALK, P.; GALLO, A. PORTER, T. W. International Double Degree Programs as Accelerators for Internationalization: Lessons from the Trans-Atlantic Business School Alliance, **Journal of Teaching in International Business**, v. 2, n. 1, p. 7–35, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08975930.2021.1906378> . Acesso em: 30 ago. 2023

SUFICIER, D. M.; AZADINHO, M. P. M.; MUZZETI, L. R. Exigências legais para a atuação de professores nos anos iniciais do ensino fundamental (1996-2019). **Revista on Line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 3, p. 1461–1473, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13597>. Acesso em: 04 set. 2023.

TAVARES, M. **Internacionalização da educação superior: estratégias e ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2016. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1741/1/PB_PPGDR_M_Tavares%2C Marcelo_2016.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1741/1/PB_PPGDR_M_Tavares%2C%20Marcelo_2016.pdf). Acesso em: 03 set. 2023.

TEIXEIRA, J. A. S. Mobilidade Estudantil Internacional – Introdução. *In*: LIEVORE, C.; PILATTI, L. A.; TEIXEIRA, J. A. S. (ed.). Mobilidade Estudantil Internacional. Curitiba - PR: EDUTFPR, p. 10–13. 2022. Acesso em 30 ago. 2023.

UTFPR. **Relatório de Gestão - Exercício 2015**. 2016. Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/deliberacao-01_2016-couni-relatorio-de-gestao.pdf/view. Acesso em: 30 abr. 2023.

UTFPR. **Plano de Desenvolvimento institucional da UTFPR (PDI) 2018-2022**. 2017. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi>. Acesso em: 30 ago. 2023.

UTFPR. **Política de Internacionalização da UTFPR**, 2018. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/internacional/politica-de-internacionalizacao/deliberacao-e-politica_2018.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

UTFPR. **Relatório de Gestão - Exercício 2021**. 2022. <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2012-relatorio-de-gestao/view>

UTFPR. **Relatórios de Gestão 2001 a 2023**. 2023. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas>. Acesso em: 30 ago. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WIT, H. DE; ALTBACH, P. G. Internationalization in higher education: global trends and recommendations for its future. **Policy Reviews in Higher Education**, v. 5, n. 1, p. 28–46,

2021. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23322969.2020.1820898>. Acesso em: 30 ago.
2023.

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Não houve recursos financeiros para esse trabalho.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse por parte dos autores.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Os autores contribuíram igualmente na elaboração do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

